

**PROTOCOLO DE CONSULTA  
PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA  
DOS PESCADORES E  
PESCADORAS DO MUNICÍPIO DE  
ITAITUBA/ PA**



---

## **FICHA TÉCNICA**

### **REALIZAÇÃO**

Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Baixo Amazonas –  
MOPEBAM  
Colônia de Pescadores Z 56, Itaituba, PA.

### **TEXTO**

Wandicleia Lopes de Sousa  
Pauliana Vinhote dos Santos

### **REVISÃO**

Samela Cristina da Silva Bonfim  
Antônio José Mota Bentes  
Antônia do Socorro Pena da Gama

### **PARCERIA**

Sociedade Para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente – SAPOPEMA  
Projeto de Pesquisa Conflitos Socioambientais no Setor Pesqueiro na  
Várzea da Região do Baixo Amazonas da Universidade Federal do  
Oeste do Pará - UFOPA.

### **FOTOGRAFIAS**

Arquivo SAPOPEMA  
Arquivo MOPEBAM

### **DESIGN E DIAGRAMAÇÃO**

Dannie Oliveira - Tenda Consultoria Inteligente

### **APOIO**

Fundo Socioambiental Casa Investindo em Cuidar – Fundo Casa  
EII - Earth Innovation Institute  
NORAD - Norwegian Agency for Development Cooperation vistas ao  
Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

# SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>4</b>
<b>Quem Somos? .....</b>	<b>4</b>
<b>Onde Estamos? .....</b>	<b>5</b>
<b>Porque elaboramos o protocolo de consulta livre, prévia e informada? .....</b>	<b>6</b>
<b>Porque elaborar o protocolo? .....</b>	<b>6</b>
<b>Como elaboramos esse documento? .....</b>	<b>7</b>
<b>Fases da Linha do Tempo .....</b>	<b>8</b>
<b>Quais os assuntos em que o governo tem a obrigação de nos consultar? .....</b>	<b>9</b>
<b>Qual o momento certo para nos consultar?....</b>	<b>9</b>
<b>Como o governo deve nos consultar? .....</b>	<b>9</b>
<b>Quem deve ser consultado? .....</b>	<b>9</b>
<b>Como deve ser o processo de consulta? .....</b>	<b>10</b>
<b>De que forma queremos ser avisados? .....</b>	<b>10</b>
<b>Qual a linguagem que deve ser usada na consulta? .....</b>	<b>10</b>
<b>Quem financia a consulta? .....</b>	<b>10</b>
<b>Quando não deve existir consulta? .....</b>	<b>11</b>
<b>Tempo para chegar à decisão final? .....</b>	<b>11</b>
<b>Parceiros .....</b>	<b>11</b>
<b>O que esperamos da consulta? .....</b>	<b>11</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>12</b>



# APRESENTAÇÃO

Este protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada foi produzido por nós, pescadores e pescadoras do município de Itaituba, associados na Colônia de Pescadores Z-56, Médio Tapajós, estado do Pará. Nossa motivação para a elaboração deste documento se deu pela pressão que nossa categoria vem sofrendo com a instalação de grandes empreendimentos portuários, minerários, hidroviários e hidrelétricos que estão sendo ou que virão ser instalados nas mediações de nosso território.

Diante dessa realidade e com base na experiência de pescadores e pescadoras de outras regiões, nós do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e Baixo Amazonas – MOPEBAM em parceria com a Colônia de Pescadores Z 56, decidimos construir o Protocolo de Consulta para servir de instrumento jurídico de orientação para conservação e defesa do território pesqueiro na região do Baixo e Médio Rio Tapajós, face aos impactos dos grandes projetos previstos para serem implantados nessa Região.



## QUEM SOMOS?

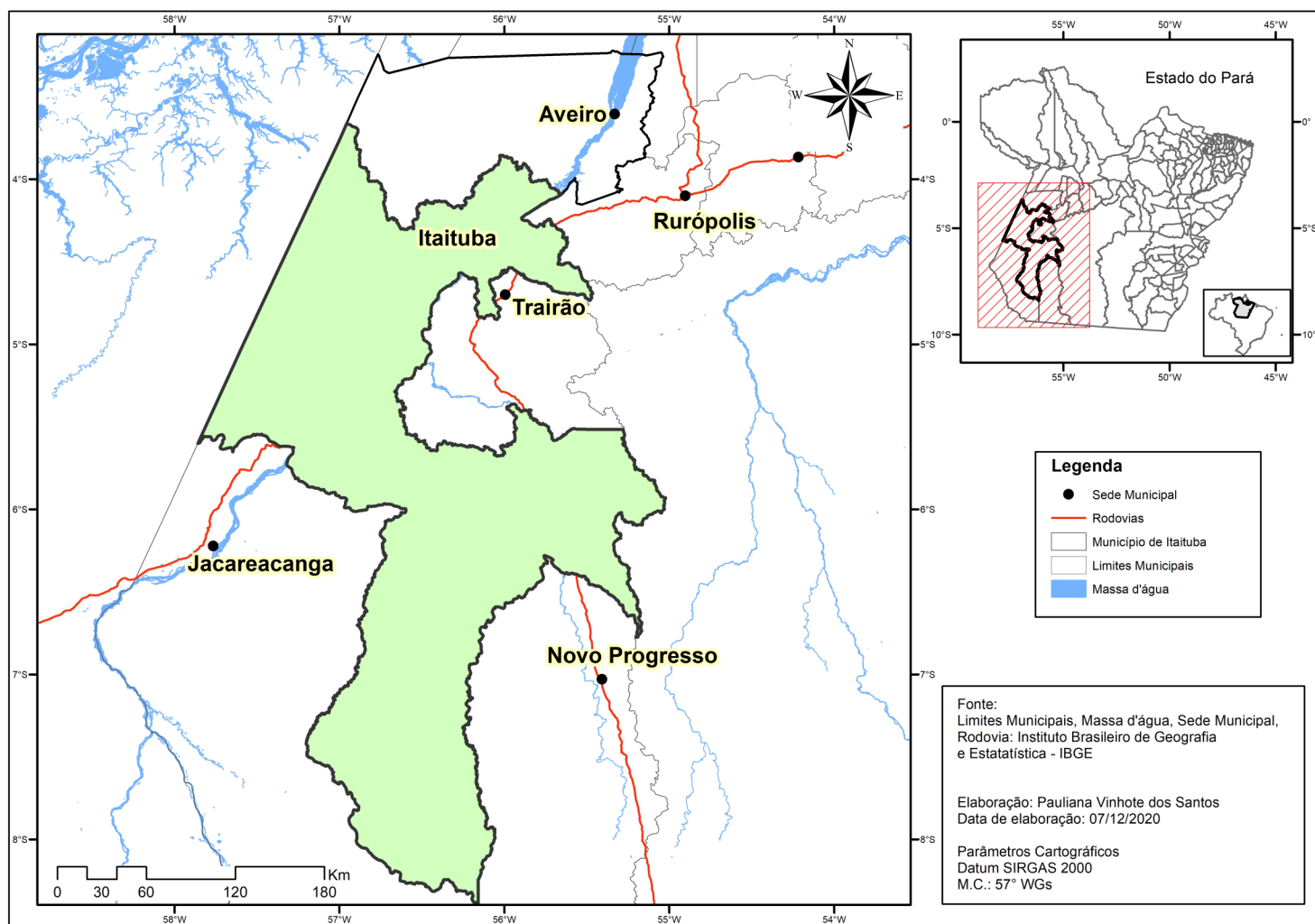
Somos pescadores e pescadoras artesanais autodeclarados e reconhecidos como comunidades tradicionais conforme decreto 6.040/2007 e a Convenção 196 da OIT. Moramos no entorno de unidades de conservação, como: Área de Proteção Ambiental do Tapajós – APA, Parque Nacional da Amazônia – PARNA, Parque Nacional do Jamanxim – PARNA, Parque Nacional do Rio Novo – PARNA, Floresta Nacional de Itaituba 1 – FLONA, Floresta Nacional de Itaituba 2 – FLONA. Vivemos da atividade da pesca de subsistência, do extrativismo e da agricultura familiar. Estamos organizados em Associações comunitárias, na Colônia de Pescadores Z-56 do município de Itaituba, Médio Tapajós, Estado do Pará. os grandes projetos previstos para serem implantados nessa Região.





# ONDE ESTAMOS

Vivemos nas comunidades rurais e urbanas que encontram-se as margens do Rio Tapajós, quais sejam: Barreira, Pedra Branca, São Luiz do Tapajós, Miritituba, Independência I, Independência II, Ipaupixuna I, Ipaupixuna II, Pimental, Brasília Legal, Curi, Monte Cristo, Santarenzinho, Nazaré, Lago do Roque, Montanha, Igarapé Açu, Mangabal, Lago do Piracanã, Nova Canãa, Itapacurazinho, Itapacurá Grande, Batatal, Ipiranga, Barro Branco, Maruin, Vila Raiol, Vinte Oito, Paraná Miri, Penedo, Goiana e Moreira, dentro do município de Itaituba que possui 101.247 habitantes (IBGE, 2018). Estamos em área de várzea e terra firme que se encontra as margens do Rio Tapajós, distribuídos em 53 comunidades. Nossa cidade tem seu nome de origem tupi, expressando significado de “ajuntamento de água da pedra”, através da junção dos termos itá (“pedra”), ’y (“água”) e tyba (“ajuntamento”).





## PORQUE ELABORAMOS O PROTOCOLO DE CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA?

Afetados pela instalação de grandes empreendimentos em processo de instalação como os portos no distrito de Miritituba, Ferrogrão, Projetos de Mineração e preocupados com a proposta de construção de Hidroelétricas na região do Alto Tapajós e da Hidrovia Tapajós Teles Pires, este documento nasceu de nossa apreensão com os impactos dessas obras e outras as margens dos rios que afetam diretamente e indiretamente a reprodução do recurso pesqueiro do qual dependemos como pescadores e pescadoras artesanais para nossa sobrevivência.

Resolvemos elaborar esse documento porque na maioria das vezes as esferas de governo elaboram leis e medidas administrativas sem considerar nossa existência e sem nos consultar. Dessa forma, decidimos elaborar critérios formais fundamentados nos direitos previstos em instrumentos legais para mostrar nossa existência e garantir nossa afirmação enquanto sujeitos para sermos previamente consultados sobre qualquer empreendimento e medidas legislativas que possam ameaçar o nosso modo de vida, a sustentabilidade da pesca e a permanência no território da presente e futura geração.

A Consulta Prévia, Livre e Informada é um direito que está amparado na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), agência integrante da ONU (Organização das Nações Unidas), que garante o direito as populações tradicionais, povos Indígenas e Tribais cujas condições sociais, culturais e econômicas os diferenciem de outros setores da coletividade nacional e tenham seus próprios costumes, tradições ou por legislação especial, que tenham de serem ouvidos antes, durante e depois da instalação de qualquer empreendimento que possa trazer impactos sobre o modo de vida. Consideramos este direito como fundamental para a manutenção da integridade, fortalecimento e autonomia dos povos e comunidades tradicionais frente aos impactos da expansão econômica em seus territórios.



## PORQUE É IMPORTANTE O PROTOCOLO ?

Entendemos a Consulta Prévia, Livre e Informada como uma obrigação do Estado Brasileiro de perguntar, adequadamente e respeitosamente, aos povos Indígenas e as Populações Tradicionais (pescadores, pescadoras, agricultores, agricultoras, extrativistas, quilombolas, quebradeiras de coco, caiçaras entre outros) sua posição sobre decisões administrativas e legislativas que possam afetar diretamente e indiretamente seu modo de vida e seus direitos. O Estado Brasileiro deve seguir as seguintes regras e princípios:

***Diálogo*** – sendo um instrumento jurídico de diálogo entre o Estado e os povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

***Flexibilidade*** - atendendo à diversidade étnica e sociocultural existente no país.

***Boa Fé*** - apresentando as informações de forma verídica, completa, e oportuna.

**Transparente** - os processos de consulta devem ser públicos e divulgados de forma apropriada aos povos Indígenas e Tradicionais (pescadores, pescadoras, agricultores, agricultoras, extrativistas, quilombolas, quebradeiras de coco entre outros).

**Livre** - de qualquer tipo de pressão política, econômica ou moral.

**Representatividade Tradicional** - respeitar as formas próprias de representação e de tomada de decisão dos povos indígenas e tradicionais (pescadores, pescadoras, agricultores, agricultoras, extrativistas, quilombolas, quebradeiras de coco entre outros) participantes da consulta.

**Responsabilidade Pública** - o estado tem a responsabilidade de garantir os recursos necessários para a execução de todo o processo, incluindo a articulação e a preparação dos povos indígenas e tradicionais (pescadores, pescadoras, agricultores, agricultoras, extrativistas, quilombolas, quebradeiras de coco entre outros).

**Participativo** - o processo de Consulta deve ser amplamente participativo para garantir que as decisões das regras sejam definidas conjuntamente.

**Vinculante** - as decisões tomadas pelos povos Indígenas e Tradicionais no processo de consulta devem ser incorporados e respeitados pelo Estado Brasileiro.

## COMO ELABORAMOS ESSE DOCUMENTO?



Participamos ao longo do segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020 de várias reuniões, oficinas e assembleias promovidas pela Colônia de Pescadores Z-56, em Itaituba. Na primeira fase, no período de agosto a outubro de 2019, nos reunimos para construção do diagnóstico através de mapeamentos participativos da situação da pesca artesanal no município de Itaituba, a fim de fazer o registro de informações sobre as demandas, potencialidades e problemáticas da região para subsidiar o processo de resistência dos pescadores e pescadoras artesanais.

Na segunda fase, período de novembro 2019 a fevereiro 2020 iniciamos a construção do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada com base no levantamento do diagnóstico da pesca na região, assessorados pela coordenação do Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas-MOPEBAM, e a parceria da Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente - SAPOPEMA e da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, através do Projeto de Pesquisa Conflitos Socioambientais no Setor Pesqueiro na Várzea da Região do Baixo Amazonas, que contribuíram nos esclarecimentos sobre o direito de ser consultado.

Por fim, na terceira fase, período de março a abril de 2020 discutimos amplamente e durante nossa assembleia aprovamos de forma participativa nosso documento final. Nessas atividades, aprendemos mais sobre a Consulta Prévia, Livre e Informada garantida na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é lei no Brasil desde 2004 (Decreto Presidencial nº 5051) e discutimos sobre o que precisamos em nossas comunidades.

## FASES 1



Reunião de  
Mobilização e  
discussão da  
metodologia  
do diagnóstico.



Oficina  
participativa de  
elaboração do  
diagnóstico



Restituição dos  
dados  
coletados no  
diagnóstico



# FASES DA LINHA DO TEMPO



Oficina de capacitação de  
lideranças e pescadores com a  
metodologia de elaboração do  
protocolo

## FASE 2



## FASES 3



Oficina para  
elaboração de  
propostas para  
construção do  
protocolo de  
consulta



Encontros para  
apresentação das  
propostas contidas  
no Protocolo de  
Consulta



Assembleia para  
aprovação final do  
Protocolo de  
Consulta



## QUAIS OS ASSUNTOS EM QUE O GOVERNO TEM OBRIGAÇÃO DE NOS CONSULTAR?



- \* Os Impactos ambientais, econômicos e sociais de todos os projetos e empreendimentos em construção ou a serem implementados, o que será impactado e como eles vão nos afetar;
- \* Grandes obras que colocam em risco a integridade dos ecossistemas e dos pescadores;
- \* Sobre as mudanças das leis que afetam os pescadores e pescadoras;
- \* No planejamento, prospecção de projetos para a região a fim de avaliar os possíveis impactos;
- \* Em relação às pesquisas que visem a implantação de infraestrutura na região do Rio Tapajós.

## QUAL O MOMENTO CERTO PARA NOS CONSULTAR?

- \* Antes da execução da obra e de qualquer processo de licenciamento;
- \* No momento da elaboração do projeto;
- \* No momento da elaboração das leis;
- \* Quando estiver no período do defeso, pois não estamos em atividade da pesca.

## COMO O GOVERNO DEVE NOS CONSULTAR?

- \* Através de consultas públicas, audiências públicas, reuniões e assembleias, quantas forem necessárias na colônia de pescadores Z-56.

## QUEM DEVE SER CONSULTADO?

- \* Pescadores e pescadoras;
- \* Indígenas;
- \* Ribeirinhos;
- \* Quilombolas;
- \* População em geral;
- \* Pequenos produtores;

- \*Agricultores, comerciantes, professores, escolas, igrejas, clubes esportivos, barqueiros, pequenos criadores
- \*Grupos de jovens das igrejas
- \* ACS- Agentes Comunitários de Saúde
- \*STTR- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- \*Associação de Mulheres
- \* Moradores das unidades de conservação

## COMO DEVE SER O PROCESSO DE CONSULTA?

- \* Através de Audiência Pública (na cidade);
- \* A linguagem deve ser simples e acessível;
- \* Deve ser livre, prévia e informada;
- \* Com ampla e efetiva participação dos envolvidos direta e indiretamente;
- \* Através dos governos (Municipal, Estadual e Federal);
- \* Das entidades não governamentais;
- \*Participação de todos os interessados na Consulta;



## DE QUE FORMA QUEREMOS SER AVISADOS?

- \* Através de Ofício enviado para Colônia de Pescadores Z56;
- \* Rádio (FM – Rádio Alternativa, e pela TV – Focalizando);
- \*Através da internet, por meio do Whatsapp;
- \*Associação de Moradores;
- \*Igrejas.

## QUAL A LINGUAGEM DEVE SER USADA NA CONSULTA?

- \* Linguagem simples que o pescador entenda;
- \* Adequada a nossa realidade e especificidade de cada povo;
- \*De forma respeitosa.

## QUEM FINANCIA A CONSULTA?

- \* Quem tem interesse na construção, implantação do projeto (empresas);
- \* Governos (Municipais, Estadual e Federal);
- \* Empresas que querem se instalar;

## QUANDO NÃO DEVE EXISTIR CONSULTA?

- \* Quando a população diretamente afetada não tiver sido comunicada nos termos deste protocolo de Consulta, Livre e Informada;
- \* Quando não estiverem sido criadas todas as condições para a participação da população diretamente afetada;
- \* Quando estamos pescando, para não interferir na nossa pescaria, no nosso sustento;
- \* Nos meses de abril a outubro, pois é o período que estamos na pescaria.

## TEMPO PARA CHEGAR À DECISÃO FINAL

Não definimos prazo para a Consulta, pois entendemos que cada medida legislativa e administrativa tem sua complexidade e nossos tempos são diferentes. No entanto, indicamos um prazo mínimo de 60 dias a partir do recebimento oficial.

## PARCEIROS

- \* Universidades atuantes na região de abrangência deste protocolo de consulta, Livre e Informada;
- \* As organizações não governamentais devidamente indicadas pelas organizações dos pescadores e demais segmentos envolvidos;

## O QUE ESPERAMOS DA CONSULTA?

- \* Ser ouvidos;
- \* Obter um resultado positivo e claro, e mais melhorias para a categoria de pescadores;

- \* Respeito as populações tradicionais e tribais;
- \* Respeito aos direitos constitucionais e as leis em vigor;
- \* Garantia dos direitos dos pescadores;
- \* Segurança da atividade da pesca;
- \* Diminuição de impactos;
- \* Respeito às decisões;
- \* Medidas preventivas de manutenção dos ecossistemas que garantem a reprodução de todas as espécies indispensáveis a manutenção dos estoques pesqueiros;
- \* Medidas mitigadoras para possíveis impactos que afetem as atividades das populações na região;

## AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a todos os atores envolvidos na elaboração deste, que pretende ser um instrumento jurídico a mais na luta e defesa de nosso território. Nossa gratidão em especial aos pescadores e aos associados da Colônia de Pescadores Z-56 do município de Itaituba, aos representantes das instituições que auxiliaram na condução do processo de orientação quanto à formulação do protocolo (Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Baixo Amazonas – MOPEBAM, Sociedade Para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente – SAPOPEMA e Universidade Federal do Oeste do Pará), a todos que direta ou indiretamente buscam a Consulta Livre, Prévia e Informada dos povos para manutenção das tradições, crenças e costume. Agradecimentos também ao Fundo Casa que possibilitou a construção de um processo de capacitação dos pescadores e pescadoras na resistência e defesa de seu território pesqueiro.



